



Palestra

PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA: PERCEPÇÕES DOS ATORES EM PIEDADE/SP

Petula Ramanauskas Santorum e Silva¹

Paulo Gomes Lima²

Resumo: O presente estudo refere-se a pesquisa de pós-doutoramento cujo objetivo é investigar as ações quanto às diretrizes para a avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação do município de Piedade/SP, situado na região de metropolitana de Sorocaba/SP (RMS), que é alvo do estudo do GEPLAGE³, subsidiado nas orientações para os Planos Municipais de Educação (2014-2024), e nas orientações e direcionamentos do Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014). Mediante a abordagem qualitativa, com uso de pesquisa documental onde foram utilizados como referência os documentos disponibilizados na plataforma PNE em Movimento (BRASIL, 2022) e documentos do município de Piedade/SP, bem como entrevistas semiestruturadas com os atuais responsáveis pelas ações no referido município, buscando analisar o olhar e a percepção dos entrevistados. Os resultados apontam as grandes dificuldades no decorrer dos anos devido a alteração dos governos e dos responsáveis pelas ações, e o atual empenho do município na construção de ações de monitoramento e a avaliação para o alcance das metas.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Monitoramento. Avaliação. Piedade/SP.

Introdução

Planejamento é fundamental em todas as áreas e aspectos. Na sua mais simples definição, planejamento consiste no ato de criar e conceber antecipadamente uma ação, desenvolvendo estratégias programadas para atingir determinado objetivo. Pensando na grandeza e na

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Campus Sorocaba). Bacharel em Teologia e Licenciada em Pedagogia. Více-líder do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao CNPq. Diretora de escola na rede municipal de Sorocaba/SP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9030-8767>.

² Docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e professor permanente da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba (UFSCar), São Paulo, Brasil.

³ GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisa, Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado à UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima, docente do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) e do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEEd). A pesquisa em andamento é intitulada Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba/SP (LIMA, 2020).



qualidade da educação, há de se ressaltar a importância do planejamento. O planejamento educacional ocorre mediante políticas públicas e traz o delineamento da educação de um país, manifesta o valor do indivíduo e da escola na sociedade, assim como visa a aplicação e a análise sistemática e racional para o desenvolvimento da educação de forma mais eficiente, atendendo as demandas, anseios e objetivos da sociedade (Turra, Enricone, e Sant’Anna, 1995, p.16).

Antonio Bosco de Lima afirma que

O planejamento é uma invenção humana, ele serve para organizar as pessoas em comunidade. É fruto portanto de atividades políticas. Assim ele está sob controle de alguns (burocracia) ou elaborado coletivamente (emancipatório). O planejamento é um conjunto de elementos racionais que congregam: direção, controle, avaliação, daquilo que determinado grupo formal (instituição, organização, outros grupos complexos) querem (LIMA, 2022, p. xiii).

Na educação, o ponto inicial do planejamento prefigura em um plano para a educação nacional, e este está presente na legislação brasileira desde a Constituição Federal de 1934, (BRASIL, 1934) perpassando pelas reformas educacionais, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961), a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a LDBEN nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e sua efetivação na Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), aprovando o PNE 2001-2010 e posteriormente a Lei nº 13.005/2014 - PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014).

Os planos educacionais brasileiros foram idealizados mediante o desenho do “diagnóstico – diretrizes – metas”, e sendo o país de dimensões continentais o planejamento foi compartilhado com os entes federados, que atuam em regime de colaboração. Dessa forma, os Planos de Educação ocorrem nas esferas federal (Plano Nacional de Educação – PNE), estadual (Plano Estadual de Educação - PEE) e municipal (Plano Municipal de Educação - PME), devendo oportunizar constante movimento envolvendo a sociedade civil, os órgãos educacionais responsáveis e o poder público.

O atual PNE está entrando em seus momentos finais, e no decorrer dos anos pudemos observar as três fases: o diagnóstico feito pelas esferas competentes, as diretrizes discutidas, traçadas e formalizadas mediante a Lei nº 13.005/2014 - PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), e o processo de monitoramento e avaliação dos dados obtidos com relação às metas estabelecidas para municípios, Estados, Distrito Federal e União.

Observando esta última fase da pesquisa, a região de metropolitana de Sorocaba/SP (RMS) é alvo do estudo do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisa, Estado, Política,



Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado à UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima, docente do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), que desenvolve o Projeto de Pesquisa intitulado *Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba/SP* (LIMA, 2020), cujo objetivo é investigar as ações dos municípios quanto às diretrizes para a avaliação e monitoramento de seus Planos Municipais de Educação, subsidiado nas orientações para os Planos Municipais de Educação (2014-2024), e nas orientações e direcionamentos do Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014). Especificamente este estudo enfocará o processo de monitoramento e avaliação do PME do município de Piedade/SP, estabelecido pela Lei nº 4.387/2015 (PIEIDADE, 2015) sendo alvo do estudo de pós-doutorado da autora.

Justifica-se a escolha do município de Piedade/SP devido ao seu pertencimento a RMS. O município tem 92,7 % de sua área em perímetro rural, demonstrando relevância na agricultura (que ocupa 60% de seu quadro econômico⁴), portanto grande parte da população e suas escolas estão em áreas rurais, sendo ao total 76 escolas: 33 de educação infantil, 31 de ensino fundamental e 12 de ensino médio (IBGE, 2023).

Utilizou-se a abordagem qualitativa, bem como a pesquisa documental onde foram utilizados como referência os documentos disponibilizados na plataforma *PNE em Movimento* (BRASIL, 2022) e documentos do município de Piedade/SP, e também entrevistas semiestruturadas com os atuais responsáveis pelas ações no referido município, buscando analisar o olhar e a percepção dos entrevistados sobre ações de monitoramento e avaliação do PME em Piedade/SP.

Silva (2023, p.51-53) esclarece que, conforme o *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação – PNE em Movimento* (BRASIL, 2016), o processo de monitoramento e avaliação é constituído de quatro etapas: organizar o trabalho, estudar o plano, monitorar continuamente metas e estratégias e avaliar o plano periodicamente, e relata como o município de Piedade se apresentou numa primeira análise, pois embora haja aporte e subsídios por parte do governo federal para que o acompanhamento ocorra de forma adequada, Piedade/SP não disponibilizou os dados específicos sobre suas ações para análise, dificultando ações de monitoramento e a avaliação do alcance das metas.

⁴ Disponível em: <https://www.piedade.sp.gov.br/portal/servicos/1001/piedade/> Acesso em 24 fev. 2024.



Buscando uma maior compreensão das ações, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com atores do processo de monitoramento e avaliação do PME de Piedade/SP. Contextualizando a dinâmica das entrevistas realizadas para o presente estudo, para seleção dos respondentes, em busca de uma visão sistêmica, foram estabelecidos os seguintes critérios: a) um representante do eixo de controle social (participante do CME ou do Fórum Municipal de Educação); b) um representante da equipe técnica da secretaria de educação; c) um representante da comissão coordenadora. Desta forma, o critério de exclusão se deu aos respondentes que não atenderam os critérios de seleção elencados. Após inúmeros contatos e tentativas, conseguimos fazer o primeiro agendamento com o respondente 2, que devido aos seus compromissos optou pela entrevista de forma individual via Google Meet, ferramenta on-line síncrona, e com a permissão do respondente a mesma foi gravada em áudio e vídeo. Os respondentes 1 e 3 optaram pela entrevista presencial, na Secretaria de Educação de Piedade/SP, e com a permissão das respondentes houve a gravação em áudio das respostas. Os respondentes assinaram o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – com a identificação da pesquisa, contatos, especificidades, objetivos e procedimentos, dentre outros.

Quadro 1 – Perfil dos respondentes

Identificação	Representatividade	Gênero	Cargo de Origem	Observação	Data da entrevista
Respondente 1	Conselho Municipal de Educação	Feminino	Professora Ed. Básica	Atual Presidente (assumiu na metade de 2023)	05/10/2023
Respondente 2	Comissão Coordenadora	Feminino	Gestora de escola	Também ex-conselheira municipal em 2015 e membro do Fórum Permanente	26/09/2023
Respondente 3	Equipe Técnica do PME	Feminino	Gestora de escola	Também membro do Fórum Permanente	05/10/2023

Fonte: Dados da autora obtidos nas entrevistas

Sobre a estrutura do presente artigo, o mesmo apresenta em sua primeira parte discussões sobre o controle social no monitoramento e avaliação da educação, com desdobramentos sobre o monitoramento e avaliação da educação do PME na



perspectiva do conselho municipal de educação e também do fórum municipal de educação; num segundo momento o monitoramento e avaliação da educação do PME a sob o olhar da equipe técnica de Piedade/SP; e para finalizar aborda-se a comissão coordenadora do monitoramento e avaliação da educação do PME de Piedade/SP e percepções sobre o trabalho desenvolvido e as considerações finais.

O controle social no monitoramento e avaliação da educação

Partindo da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seus artigos 212-A, inciso X, letra d (incluído pela Emenda Constitucional nº 108 de 2020) e artigo 216-A, inciso X (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71 de 2012) observamos a presença do “controle social” no texto constitucional. Mas qual a importância desse controle? Secchin (2008, p. 28) ressalta que

Falar de controle social é tratar da participação da sociedade na administração pública, na definição de diretrizes, na avaliação da conduta dos agentes públicos, na gestão das políticas públicas, enfim, na participação efetiva da sociedade em tudo aquilo que direta ou indiretamente afeta o bem-estar comum. O controle exercido pela sociedade é elemento de fundamental importância ao estímulo de práticas corretas pelos atores sociais, e, por conseguinte, é instrumento inibidor de desvios e abusos no trato da coisa pública, além de propiciador da inclusão social. Muitos são os obstáculos para o alcance do controle social, dentre os quais: a existência de legislação desatualizada e incoerente; a descrença por parte da sociedade na possibilidade de mudança positiva da gestão pública; o baixo nível de escolaridade da maior parte da população; e os interesses individuais, principalmente dos “poderosos” que conflitam com o interesse comum.

O controle social é imprescindível quando pensamos na coisa pública, embora os entraves façam parte de seu exercício. Pensando em nosso objeto de discussão, o controle social é convidado pela legislação que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e dá outras providências (BRASIL, 2014), a atuar no monitoramento e avaliação do PNE ao observamos suas diversas instâncias e competências:

Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Ministério da Educação - MEC;
- II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;
- III - Conselho Nacional de Educação - CNE;
- IV - Fórum Nacional de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação (BRASIL, 2014).



Ao observar a composição das instâncias que devem monitorar e avaliar nos municípios, vemos também a presença do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação, com a incumbência maior de exercer esse controle social. O *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação – PNE em Movimento* (BRASIL, 2016, p.6-7), destaca que

A primeira iniciativa a ser tomada é verificar se o plano em vigência define ou não instâncias pelo seu monitoramento e avaliação. Considerando a autonomia de cada município, há um diverso no País:

a) que já possuíam comissões e equipes técnicas determinadas por ato legal (lei orgânica do município ou outros instrumentos, tais como leis, decretos, portarias, resoluções, etc) com esta responsabilidade, a exemplo dos conselhos ou fóruns municipais de educação, secretarias municipais de educação, comissão de educação do Poder Legislativo, dentre outras;

b) municípios que passaram a ter estas instâncias definidas nas leis dos seus planos de educação; e

c) municípios que não previram essas instâncias em qualquer ato legal.

Caso o município não tenha definido a quais instâncias cabe o papel de monitorar e avaliar o plano, a sugestão é que a secretaria de educação considere os integrantes da comissão que organizou o processo de elaboração ou adequação do plano aprovado e a equipe técnica que a assessorou, de forma a qualificar o processo, considerando o acúmulo de conhecimentos e as articulações já estabelecidas.

Sugerimos, ainda, que a Secretaria de Educação constitua uma equipe técnica para atuar no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações referentes ao plano. Não se trata de uma instância obrigatória nas consecuições das ações de monitoramento e avaliação, no entanto, o apoio técnico dessa equipe contribuirá para que a comissão possa desencadear suas proposições, respaldada em fontes oficiais e em sintonia com o Poder Executivo.

Independentemente da situação posta no município, **torna-se necessário que o Conselho Municipal de Educação (CME) e o Fórum Municipal de Educação (FME) sejam partícipes da comissão, contribuindo assim com a mobilização e a participação social no processo** (grifos nossos).

Nesse sentido, notamos que a Lei nº 4.387 que estabelece o Plano Municipal de Educação de Piedade/SP (2025-2035), com o objetivo de articular o Sistema Municipal de Educação, conforme especifica, de 23 de junho de 2015 (PIEADADE, 2015), em seu artigo 6º, parágrafo 2 estabelece que “o Sistema Municipal de Ensino de Piedade deverá prever mecanismos de acompanhamento para a consecução das metas do PME 2015-2025”, porém não foi encontrado nenhum registro de como seriam tais mecanismos.

A Lei nº 2.810/1997 que cria o CME de Piedade/SP (PIEADADE, 1997) aponta em seu artigo 1º que o CME é um “órgão normativo, deliberativo e consultivo” do Sistema Municipal de Ensino, e em seu artigo 2º, parágrafo 1º esclarece que

na escolha dos membros, o Prefeito Municipal levará em consideração a necessidade de estarem representados os segmentos sociais envolvidos no



processo educacional do município, as instituições educacionais públicas e privadas bem como a comunidade.

De certa forma, a legislação propõe a representatividade e o controle social. O que se observou em Piedade/SP, ao realizar as entrevistas com os respondentes e ao ter acesso aos decretos e resolução enviadas, é que após um momento de pandemia e ruptura no processo de monitoramento e avaliação do PME, bem como um momento pós-pandêmico de reestruturação, em 2023 o município se reorganiza para dar continuidade às ações, pensando no PME mas já focando na próxima CONAE. Em 24 de agosto de 2023 há o Decreto nº9.286, que “Dispõe sobre a reestruturação do Fórum Permanente de Educação, no âmbito do município de Piedade, e dá outras providências correlatas” (PIEDADE, 2023a), que deixa claro o foco na CONAE em suas primeiras linhas, quando cita “CONSIDERANDO a CONAE (Conferência Nacional de Educação) para a elaboração de metas do Plano Nacional de Educação 2024-2034” e não faz menção direta alguma ao atual PME e seu monitoramento e avaliação, e também no mês seguinte sai o Decreto nº 9.311, de 13 de setembro de 2023 (PIEDADE, 2023b), que “Dispõe sobre a eleição e nomeação de servidores para a composição da Comissão Executiva, Coordenação Geral e da Câmara Temática do Fórum Permanente de Educação, no âmbito do município de Piedade, e dá outras providências correlatas”, e em seu artigo primeiro esclarece que houve eleição em plenária do Fórum Permanente de Educação para uma nova composição.

Em 27 de setembro de 2023, há a Resolução nº 008, que “Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação, no município de Piedade, Estado de São Paulo” (PIEDADE, 2023c), também deixando claro em seu artigo 2º o foco na CONAE 2024-2034. Nas entrevistas, fica clara a intenção do município em resgatar as metas do atual Plano, sua avaliação e monitoramento neste momento final, para as proposições e ações para o próximo plano. Os respondentes relatam em suas falas do movimento que o município tem realizado o resgate das ações anteriores e dos dados, bem como organizado a estrutura e movimentos como as chamadas “Cirandas” nas escolas, bem como encontros das representatividades na Secretaria de Educação. O alcance (ou não) das metas tem sido debatidos, de certa forma monitorando e avaliando o atual plano, e novas proposições tem sido feitas, visando o novo plano que emerge.

Dessa forma, o município de Piedade/SP tem desdobrado as ações de seus colegiados, em especial seu Fórum Municipal de Educação (FME), seu Conselho Municipal de Educação (CME), e também a a equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME) em articulação com a sociedade em geral nas ações para a conferência de educação no município tendo como



foco a CONAE, abeirando-se no monitoramento e avaliação de seu atual Plano Municipal de Educação e refletindo sobre o próximo Plano.

Percebendo o cenário do município mediante estas colocações, abordaremos as perspectivas dos respondentes.

O monitoramento e avaliação da educação do PME na perspectiva do Conselho Municipal de Educação

Esta seção busca aprofundar a percepção das ações e desdobramentos do processo de monitoramento e avaliação do PME de Piedade/SP mediante a participação dos respondentes e suas colocações. Percebemos nas falas que no início do PME era um governo e determinadas pessoas que atuavam, porém a pandemia e o período pós-pandêmico, bem como a troca de governo e dos atores, muito ficou “perdido”, o que nas falas aparece como “ruptura”. Os atuais atores focam na CONAE para o PME 2024-2034, porém buscam apoio nos dados do atual PME, monitorando e avaliando o mesmo.

O respondente 1, representante do CME, ao ser questionado sobre se houve alguma articulação ou chamada do Conselho Municipal de Educação para o monitoramento e avaliação do plano municipal de educação, esclareceu:

Respondente 1 – *Então, a gente está fazendo esse movimento através das conferências, da Ciranda, com a comunidade. Hoje mesmo a gente está no fórum fazendo a discussão e o movimento desse plano nacional e a gente está revisando as metas que foram planejadas e as que não foram, que a gente não conseguiu atingir, que a gente sabe que é uma realidade. Então, assim, nesse movimento, mesmo de reflexão, o Conselho participa, assim, às vezes, uma reunião a par, só o Conselho mesmo, dos integrantes, mas agora nesse momento há sempre um representante nesse movimento, tanto da Ciranda quanto das reuniões, no fórum, então sempre está o Conselho a par nesse monitoramento.*

O respondente fala do momento atual, pois não participava das ações anteriormente.

Ao ser indagado sobre o chamamento para que o controle social do PME fosse feito, e por parte de quem foi feito, ainda relatando sobre o período atual, o respondente declara:

Respondente 1 – *Nesse movimento, a Secretaria da Educação mesmo, [...] ter essa realidade de ter meio que parado, estacionado, e teve essa quebra, né? Então a gente sabe que daí teve essas falhas, então assim, nesse momento até na presente data de hoje, a gente tá fazendo essa revisão do plano anterior, pra daí retomar o plano que precisa também ser elaborado, né? Então a gente pode esquecer as metas que a gente traçou e que não foram cumpridas, pra daí tá colocando, somando na verdade, com a nossa visão desse ano. A Secretaria acaba organizando até que seja uma forma mais prática, né?*



Na fala do respondente, vemos as ações propostas pela Secretaria de Educação, buscando o envolvimento de todos. E ao ser questionada se foram feitas reuniões para clarificar a importância do controle social quanto ao monitoramento e avaliação do plano municipal de educação, a resposta foi que

Respondente 1 - *Sim, foi sim. Antes de começar mesmo a colocar em prática esse movimento, a gente teve, sim, uniões, encontros para estar discutindo e dar já se preparando para estar nessa elaboração do plano. [Foram chamados] os gestores, coordenadores, teve formações também com professores explicando também a qualidade do ensino, porque a gente, na verdade, está tendo aquelas falhas que a gente precisa melhorar, então com essas ações a gente tem que estar pedagógico, a gente tem que estar retomando também, porque está chegando o final do ano, teve a pandemia, então a gente está fazendo esse movimento.*

O respondente reconhece que as ações não foram desenvolvidas anteriormente de forma adequada, porém pondera que há um esforço conjunto para retomada das ações. Falando sobre a forma de participação do CME no controle social do PME, diz

Respondente 1 - *Eu vejo, como faz pouco tempo, mas eu vejo de uma forma colaborativa, porque o Conselho está participando ativamente desse processo, e ainda porque assim, que nem hoje, tem só um pouco membros do Conselho participando, mas depois, em outubro, vai ter a conferência onde todos vão estar, então todos do Conselho, junto com todos os gestores, e vai ter participantes da comunidade, de cada segmento ali, tanto do ensino fundamental quanto da educação infantil, para a gente fazer um debate e realmente criar as metas para o ensino.*

As respostas giram sempre em torno do atual momento (2º semestre de 2023) em que as entrevistas foram realizadas, nas atuais ações. Sobre a importância do papel do Conselho Municipal de Educação no monitoramento e avaliação do plano municipal de educação do município, o respondente declara:

Respondente 1 – *Eu vejo que o Conselho ele é fundamental porque ele está realmente ligado com a secretaria, porém, num momento que ele também tem que cobrar que seja cumprido essas metas, acompanhar, porque ele é muito responsável por isso também, então ele também soma ali, une forças para que realmente seja não só no papel, não só burocrático, mas que seja também participativo.*

O respondente sabe do caráter do CME, ainda que a realidade impeça a plenitude das ações devido aos obstáculos que interpõem o caminho. Pensando no próximo período, para o monitoramento e avaliação do plano municipal de educação do município de 2025-2035, ao ser questionado sobre que ações devem ser colocadas em prática pelo CME para cumprir o seu papel de controle social, o respondente diz

Respondente 1 – *Então essa é uma pergunta bem, né? (risos) A gente tá trabalhando pra isso, né? A gente sabe que não é fácil, né? Porque a gente tem muitas barreiras, às vezes até por recursos, né? Que a gente cria muitas metas, mas depende muito também dessa parte do recurso financeiro, né? Então a gente às vezes se sente muito de mãos atadas, porque nossos*



sonhos são grandes, mas as nossas possibilidades são pequenas (risos). Então às vezes a gente vê que a realidade como município aqui, ele tem uma vasta área... escolas rurais, né? Então assim, o centro mesmo são pequenas escolas, né? Um a cinco, seis municípios no centro, né? E muitas que são na zona rural. Então assim, lógico que a gente queria ofertar e proporcionar a mesma qualidade, né? Que nem a internet, que daí vocês não chegam. Mas não depende de nós, né? Então, assim, depende de outros, né? Outros, né? Que têm que estar também com esse olhar, né? Então, às vezes, a realidade deles não é, às vezes, não tem internet, então é falha, ainda mais na educação, que a gente sabe que é tudo sistema, né? Então, assim, até para as crianças também, né? Ofertar essa parte da tecnologia que está aí, não tem como a gente ficar mais, assim, voltada às coisas antigas, né? Mimiógrafo, giz, lousa, né? (risos) Então, assim, a gente sabe que ainda é a realidade, né? Do município, ainda assim, nessa parte, que a gente tem que ainda avançar muito, né? E também atender de forma igualitária a todos, independente das condições também que a gente sabe, que a gente trabalha também para isso, né? Para todos, qualidade educação para todos.

O respondente busca relatar a realidade do município e seus entraves, e da necessidade da ação dos órgãos competentes para que efetivamente as mudanças aconteçam. Sua perspectiva abarca o atual momento vivido pelo município, centralizando as forças e energias para sanar as demandas que anteriormente não foram atendidas.

O monitoramento e avaliação da educação do PME na perspectiva do Fórum Municipal de Educação

O respondente 2 é membro do Fórum Municipal de Educação e também uma pessoa chave nos desdobramentos do PME, acompanhando desde o início dos mesmos as ações. Atuante nos diversos momentos e de diferentes formas (CME inicialmente, hoje no FME e na SME), também coordena a comissão a frente dos trabalhos na atualidade. Resgatou o contexto do PME do município em suas falas, as ações iniciais e responsáveis à época, e como houve perda e prejuízo no período pandêmico, principalmente referente aos registros das ações, relatando as questões pós-pandemia como a troca de governo e responsáveis, e o atual momento em busca dos dados, relatórios e proposições visando os próximos movimentos na esfera da educação municipal. Ao ser indagada se houve alguma articulação do Fórum Municipal de Educação para o monitoramento e avaliação do plano municipal de educação e quem o realizou, a mesma relata

Respondente 2 – *Sim, houve o chamamento e quem encabeçou na época (referindo-se ao início do PME) foi o Fórum; porém houve a ruptura – a pandemia, a troca de governo e das pessoas da Secretaria de Educação – e isso prejudicou o andamento das ações.*



Para esclarecer se foram feitas reuniões sobre importância do controle social quanto ao monitoramento e avaliação do plano municipal de educação e qual a orientação do Fórum quanto à discussão da avaliação do PME, relatou que

Respondente 2 – [...] Em 2015 houve a construção, teve um bom acompanhamento, mas quando foi em 2017 pra 2018 teve uma conferência, [...] mas a documentação dessa conferência teve algumas falhas na troca do responsável técnico da secretaria, que zelaria por aquela documentação na secretaria. Houve a conferência, teve as reflexões em cima do plano, porém não conseguimos as documentações do monitoramento. Em 2020 e 21 veio a pandemia [...] e aí se desconstituiu mesmo o fórum. Muitos representantes não estavam mais no quadro da secretaria, dentro das escolas, então quando agora em 2022 a gente veio com essa questão da CONAE a gente viu que precisava fazer toda essa retomada.

O respondente sabe das etapas de monitoramento e avaliação do plano, bem como da importância do controle social mediante a atuação do CME e do FME, porém justifica-se com a apresentação dos obstáculos supra mencionados. Ao relatar como considera a participação do FME no controle social do PME, responde que

Respondente 2 – Acredito que mais na questão colaborativa e burocrática, falando dos anos anteriores. Existem 3 momentos: teve um momento que foi mais construtiva, de colaborativa; daí ela ficou mais tímida, vamos dizer, muito mais como validação; e hoje a gente está tentando resgatar essa questão de ser uma ação muito mais participativa, muito mais dinâmica, muito mais concreta para garantir a gestão democrática dentro do monitoramento do plano.

Como vemos, o respondente consegue situar as ações em três momentos distintos: o início do PME, o período pandêmico e de transição e o momento atual. Os demais respondentes também sinalizam estas fases em suas conversas e entrevistas. Silva e Lima (2023) apontam a fala de Lima (2022, p.i-xvi) sobre a extinção da SASE, e como a falta de acompanhamento dos Planos nos municípios os deixou por conta própria, praticamente à deriva por não terem incentivo e acompanhamento.

Ao refletir sobre a importância do papel do Fórum Municipal de Educação no monitoramento e avaliação do plano municipal de educação do município, o respondente declara:

Respondente 2 – Eu acredito que é uma questão muito mais de gestão democrática, transparência, que eu acho que é uma questão delicada e de fortalecimento mesmo do sistema de ensino. Eu acho que o acompanhamento do Conselho e do Fórum fortalece muito a gestão democrática da secretaria. Ela fortalece muito quando você tem esses órgãos acompanhando, validando, deixa a gente muito mais seguro na questão do processo.

Pensando nas próximas ações e seus desafios, para o monitoramento e avaliação do plano municipal de educação do município para o período de 2025-2035, ao ser questionado sobre



que ações devem ser colocadas em prática pelo Fórum para cumprir o seu papel de controle social, o respondente traz que

Respondente 2 – *A validação da agenda desses colegiados no monitoramento. Eu acho que esse é o grande desafio a gente organizar as agendas de trabalho, a gente estar constantemente conversando, porque se a gente não cuidar disso a gente vai se perdendo na questão da consonância. O Fórum acabou de ser constituído (grifo nosso) e a gente percebe assim que ele está muito energizado na questão da construção do próximo Plano. Então a questão de você não perder essa continuidade, esse caminho, é o que eu acho mais desafiador. Então a gente já teve nessa semana um trabalho com os gestores municipais, a gente já organizou um material de orientação dos eixos temáticos e apresentou pra eles, e essa semana vai estar acontecendo o que a gente chama de “Cirandas Escolares”, em discussão o CONAE 2023 e 2024. Então a gente dividiu as escolas em eixos, vai priorizar um eixo por escola para debate, porém as escolas já poderão fazer indicações de algumas monções pro Fórum – que daí a gente vai reunir isso e receber dia 4 e fazer uma pré-seleção de um documento pra nortear os debates na conferência do dia 18. Então a gente já está em movimentação dentro das escolas municipais, esse documento também vai chegar nas escolas estaduais, ainda que nas escolas estaduais a gente não consegue exigir que esse movimento aconteça, mas esse documento vai chegar e eles vão ter também a oportunidade de fazer a indicação antecipada se assim eles quiserem, porém dia 18 eles também vão estar lá convidados para se representar. Então a gente já está fazendo toda essa movimentação. E no regimento do Fórum, uma das coisas que na hora da organização, os membros bateram muito nessa questão, porque é assim: a gente tem que estar fazendo o relatório próprio de monitoramento uma vez por ano, mas eles na agenda deles já pediram para ter essa reunião de 6 em 6 meses, pra gente garantir que isso aconteça. Porque eles acham que o período de uma vez por ano acaba se perdendo alguma coisa, então pra não perder esse vínculo, essa parceria, o fórum principalmente está encabeçando, puxando... engraçado que as representantes do CME estão muito ativas o Fórum, então estão trazendo muito, conseguindo puxar o Conselho que estava um pouco mais tímido nessa questão, nessa construção. Está bem bacana o trabalho do Fórum com a participação do Conselho.*

O Fórum foi reestruturado em 24 de agosto de 2023, eleito e nomeado em 13 de setembro de 2023 e a entrevista com este respondente feita em 26 de setembro de 2023. Realmente o FME tinha acabado de ser constituído, como consta na fala do respondente 2. Observamos uma aceleração nas ações no município de Piedade/SP a partir do segundo semestre de 2023, devido a urgência imposta pelas demandas.

O monitoramento e avaliação da educação do PME sob o olhar da equipe técnica de Piedade/SP

Nesta seção abordaremos a perspectiva da equipe técnica da Secretaria de Educação do município de Piedade/SP. Inicialmente buscamos registrar a percepção geral do respondente quanto as ações de trabalho, e o relato esclarece que



Respondente 3 - Bom, o legal, o diferencial, acho, da Secretaria de Piedade, é que a gente trabalha em conjunto. Então, tudo o que vamos fazer, estamos um conjunto. Então, não é, ah, ele é a função, eu sou a função, eu sou a função do outro. Todos nós trabalhamos juntos. Então, o monitoramento do PME é um trabalho em conjunto. É claro que a gente precisa, até mesmo para dividir as demandas, a gente precisa de alguém que o lidera. Então, a (nome da pessoa) liderou essa questão do monitoramento, toda essa questão do PME. E aí, a gente vai dando todos os respaldos necessários. Então, na questão de informações, na questão das reuniões, em preparar, em fazer a leitura dos regimentos, fazer a leitura dos documentos, o que temos que articular. Então, toda essa questão a gente apoia. E não é só (nome da R3) em si. Tem uma equipe bem relevante por trás, os coordenadores de segmento, o secretário, a equipe administrativa, então é um todo. Sobre os dados, a gente tem um monitoramento muito pontual nessa questão. Temos avaliação de entrada, de percurso, avaliação informativa e a gente realmente monitora muito próximo das escolas. E fora essa questão das avaliações da secretaria, a gente também leva muito em consideração e discute muito com gestores, com os coordenadores, se necessário pontualmente com os professores, todos os dados que vêm depois das avaliações externas. Então, de todos os indicadores possíveis, a gente trabalha.

O relato aponta (mais uma vez) para um esforço conjunto para que as ações no município possam ocorrer com urgência. Devido a chegada em breve do último ano do PME, bem como a eminência da CONAE para o próximo PNE e conseqüentemente próximo PME, as ações estão ocorrendo. Ao ser questionada sobre a adesão do município, por meio de termo padrão, à assistência técnica para monitoramento e avaliação dos Planos de Educação/SASE/MEC e se essa Assistência Técnica ou Processo Formativo com base na metodologia descrita no “Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação” ocorreu, de que forma e em quanto tempo, o respondente expressa que

Respondente 3 – Sim. Olha, acho que sim. Foi a época da (nome da pessoa). Acredito que a Supervisora (nome da pessoa) estava na época. Sim, acredito que sim. Porque nós, dentro da rede, a gente sentiu esse movimento. Houve esse movimento. Então, teve essa questão de refazer todos os atos, todos os processos anteriores. Então, acredito que sim.

Ao buscarmos no site *PNE em Movimento*, vimos que o município fez sim em tempo, a devida adesão, mediante documento formal, pelo então Secretário de Educação Felipe Ribeiro Campanholi, em 03 de maio de 2018. E ao relatar se a formação técnica foi suficiente para o domínio da metodologia prevista, o respondente 3 pontua que

Respondente 3 – Eu acho que ela foi essencial para dar um pontapé, porém quem participou na época, eu acho que precisava realmente buscar muitas informações por conta. Porque eu percebo isso, quando alguma coisa é muito bem elaborada, se permanece no município. E aí teve esse momento que se perdeu, essa questão do monitoramento. E para retomarmos isso, nós tivemos que buscar. Então, como fazer, o que fazer, o que se espera, o que é? Então eu acredito que ela foi essencial para iniciar, porém não suficiente para deixar um legado dentro da rede.

Mais uma vez observamos momentos distintos nas ações do PME no município de Piedade/SP: um início, um momento de ruptura e perda e o momento atual de resgate das



ações. Sobre a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, sendo seu caráter consultivo e de assessoramento, ter cumprido integralmente o fluxo de avaliação, conforme Caderno de Orientações, o respondente esclarece

Respondente 3 – *Devido a ruptura que houve, não foi possível realizar de forma integral. Desde o ano passado, nós estamos buscando informações, porque a gente já sabia que estávamos no prazo limite para fazer a revisão do plano. Então, desde o ano passado, nós já estávamos buscando informações. Mas assim, por conta mesmo. E este ano, olha por incrível que pareça, até quando chegou as informações, nós já estávamos no processo. Porque fomos buscando informações por trás, a (nome da pessoa) realmente buscou muito, estudou muito, foi atrás, voltou a fazer a leitura do caderno. [...] Em agosto a gente já voltou com um direto... Ó, eu vou falar assim pra você... De fato mesmo, no mês de agosto de 2023. Antes das publicações já iniciamos as ações... as publicações saíram bem depois que elas apareceram lá. Tipo, setembro, né, não sei. Ah, tá, então um pouquinho antes das publicações já tava tendo os movimentos. Sim, já. Tá. Pelo menos de organização.*

Realmente as ações em Piedade/SP retomam no segundo semestre de 2023, e com urgência e emergência. Notamos na fala do respondente um determinado momento de tomada de consciência e partida para a concretização de coisas que haviam sido deixadas para trás, literalmente. Ao ser questionado de como classificaria, numa escala de zero a cinco, o diálogo entre a Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora do Monitoramento e Avaliação da Educação do Município, o respondente pontua

Respondente 3 – *[...] Antes da ruptura a gente não teve muito esse diálogo, né? Então, antes eu acho que eu ficaria em dois. Hoje, eu classifico em cinco, porque eu vejo muito inteiro. Eu acho que a gente fez todos os processos assim, sabe, com muita responsabilidade, comprometimento, seguindo passo a passo mesmo, e com qualidade. Então, a gente só não faz, por meras burocracias, a gente faz realmente para ter significado, porque aqui a gente entende, a gente até fala. Independente da onde nós estamos hoje, se estamos na Secretaria, se estamos na gestão, enfim, o plano municipal da educação é nosso, né? Entre o governo, sai o governo, ele é nosso. Então, a gente precisa fazer realmente com qualidade.*

Novamente a observação sobre os períodos distintos nas ações do município, ressaltando a atualidade com ações urgentes e pontuais. É nítida a intencionalidade da Secretaria de Educação e seus agentes nos movimentos oportunizados neste período atual. Sendo as atribuições da Equipe Técnica: I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais: INEP, IBGE, PNAD, Censo Escolar, IDEB e outros relativos à Educação em âmbito municipal; II – Relacionar metas e estratégias de forma cronológica; III – Preencher, apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME; IV – Preparar o Relatório Anual de Monitoramento que após ser analisado deverá proceder à elaboração do documento Avaliação do Plano Municipal de Educação – Versão Preliminar; V – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e

estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação e Comissão Coordenadora do PME entender; VI – Verificar Previsões Orçamentárias; VII – Verificar prazos e o período de avaliação; VIII – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos; IX – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir a meta; e X – Realizar outras ações pertinentes e necessárias ao processo de monitoramento e avaliação do PME; questionamos o respondente qual pensa ser a mais “fragilizada” no momento, sendo sua resposta que

Respondente 3 – *Mais fragilizado [...], nesse momento, olhando aí é tudo que está dentro das nossas expectativas, da nossa programação. Se eu falar para você, olha, tem alguma coisa aqui frágil que a gente não está conseguindo, acho que o mais aí seria o orçamentário. Porque os demais, a gente percebe que é o que está dentro da nossa programação acontecer. Eu acho que quando tem uma organização, não tem um porquê não acontecer.*

Observamos que a questão orçamentária é a mais “nebulosa” para o entendimento dos envolvidos nas atuais ações. O respondente 2 trará novamente esta questão à baila na próxima seção. Diante do exposto, ainda que sejam muitas as demandas da equipe técnica, e uma boa parte esteja ainda em andamento, o que mais preocupa o respondente é o orçamento.

Ao refletir se todas as Etapas da Metodologia foram cumpridas exatamente como previstas, o respondente procura demonstrar apenas o momento atual dizendo

Respondente 3 – *Atualmente pode ter, assim, uma adequação ou outra, mas está sendo seguida sim.*

E que, de zero a dez, classifica que a gestão democrática pela Equipe Técnica do PME – também no momento atual - como

Respondente 3 – *Eu vou falar desse, sabe? Eu tô falando bem desse ano, sabe, tá bom? Então, de 0 a 10, 10. [...] Nota 10 porque, como eu falei, pela participação, pela representatividade que temos, e realmente ouvir cada segmento e dar total autonomia pra cada um, colocar dentro ali, é discutido desde o começo, desde o regimento, os planos, as metas, alcançou, não alcançou, por que? Então, não tem só uma equipe ao mês, são todos os meus, né? Todas as representatividades que estão participando.*

O respondente, ao ser interrogado sobre o que poderia ser melhorado nos trabalhos conduzidos pela Equipe Técnica, comenta:

Respondente 3 – *Eu acho que seria o maior desafio, pra equipe técnica realmente seria a questão da gestão do tempo. Porque não para, né? A parte burocrática, a secretária, as escolas, os alunos, não param. Então, assim, a gente tem que tomar muito cuidado, acho que a gestão do tempo[...]. Oportunizar os encontros (com os pares) que tem informações, pelo menos mensalmente. [...] Porque senão a gente acaba sobrecarregando, né? A gente sobrecarrega os professores, a gente sobrecarrega os gestores. E eu acho que o maior desafio da equipe técnica é fazer essa gestão do tempo.*

De fato, devido a urgência já explicitada e seus motivos, a gestão do tempo é crucial. Ousamos dizer que com o devido planejamento e tempo oportuno já temos este desafio, quanto mais com o contexto estabelecido no município.

A Comissão Coordenadora do monitoramento e avaliação da educação do PME de Piedade - percepções sobre o trabalho desenvolvido

Nessa última seção, buscaremos a perspectiva da comissão coordenadora das ações no município de Piedade/SP. Como abordamos no início deste artigo, não há uma legislação ou nomeação específica para uma Comissão Coordenadora as ações de monitoramento e avaliação do PME, mas no entendimento da Secretaria de Educação do município de Piedade/SP existe uma coordenação organizadora para as conferências de educação com foco nas ações educacionais, em especial a CONAE, e por conseguinte tal comissão está responsável pelas ações de monitoramento e avaliação do atual PME para embasar as discussões e propostas para a CONAE 2024-2034 e próximo PME 2025-2035.

Portanto o respondente representante da comissão coordenadora se encaixa neste perfil, pois esta é a percepção do município, amparada no *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação* (BRASIL, 2016, p.6-7). Ao observar o Decreto nº 9.286, 24 de agosto de 2023, que “Dispõe sobre a reestruturação do Fórum Permanente de Educação, no âmbito do município de Piedade, e dá outras providências correlatas” (PIEDADE, 2023a), o Decreto nº 9.311, de 13 de setembro de 2023, que “Dispõe sobre a eleição e nomeação de servidores para a composição da Comissão Executiva, Coordenação Geral e da Câmara Temática do Fórum Permanente de Educação, no âmbito do município de Piedade, e dá outras providências correlatas” (PIEDADE, 2023b), e a Resolução nº 008, de 27 de setembro de 2023, que “Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação, no município de Piedade, Estado de São Paulo” (PIEDADE, 2023c), vemos a presença deste respondente, pois é uma pessoa chave e que conhece os momentos e ações desdobradas no município.

Ao ser indagada sobre como a Comissão Coordenadora do PME esteve composta e por quais segmentos, e em que ato oficial foi previsto, esclareceu o movimento atual relatado acima, e que a representatividade ocorre com a presença das instâncias de controle social. Já sobre a



recepção dos resultados apresentados pela Equipe Técnica, houve registros que causaram admiração ou perplexidades à Comissão, o mesmo esclareceu

Respondente 2 – *Na verdade a gente tem um relatório, que no final do ano passado os técnicos da Secretaria acabaram alimentando pra gente se organizar e poder até mesmo apresentar algo pro próximo Fórum, porque não adianta a gente não vir com nada do que seria. Mas a gente tem alguma coisa interno da Secretaria. [...] Então, o que eu recorro que acho que é o grande desafio na questão do monitoramento do PME, que a gente ficou em grande alerta, é a questão de estrutura, né? Investimento na questão de adequação laboratório, bibliotecas, que eu acho que a gente não conseguiu ter tanto avanço, né? Agora com relação à demanda de integral, a gente achava que nós não tínhamos alcançado a meta, porém no fazer o monitoramento a gente viu que a gente não ficou voltando pouco pela meta pré-estabelecida para o município, isso se deu com a ampliação de várias unidades de creche no período dos 10 anos, isso a gente ampliou, apesar de a gente ainda ter uma demanda a ser atendida com relação a isso, em 10 anos a gente teve um bom avanço com relação a atendimento de creche. Outra coisa que a gente observando a questão da aprendizagem, né? A média prevista do IDEB e do município para 2021, anos iniciais, era 6.5 e mesmo com a pandemia a gente conseguiu bater a meta, que a gente ficou com 6.6, mesmo qualquer, a gente conseguiu estabelecer a meta prevista para o decênio, mas ficamos muito tristes com os resultados dos anos finais do ensino médio, né? Que já vinha tendo um bom avanço, mas não conseguiu atingir as metas, né? E a questão do abandono do ensino fundamental 2 e meia. Que cresceu muito principalmente com a inserção do integral, foi uma das coisas que a gente discutiu muito, essa questão quanto para o município e nos índices de conclusão do ensino básico caiu com relação à implantação do tempo integral. Eu acho que de momento, agora, foi mais isso, que é a surpresa da gente conseguir, mesmo pós-pandemia, manter a meta do índice em desenvolvimento da educação básica no IDEB, a questão da evasão nos preocupa.*

Quanto a periodicidade das reuniões para explicação e orientação do papel da Comissão Coordenadora / Organizadora, o respondente pontua que

Respondente 2 – *Antes não tem como saber muito... houve uma ruptura. Em alguns momentos foram feitas mas houve a ruptura. Antes, se ela passou, passou para alguém técnico da secretaria, que eu não tenho conhecimento. Agora se tem buscado isso.*

Em se tratando da participação Comissão Coordenadora do PME o respondente justifica que entende que a mesma se dá

Respondente 2 – *[...] mais na questão colaborativa e burocrática, hoje a gente está tentando resgatar essa questão de ser uma ação muito mais participativa e mais dinâmica, para garantir a gestão democrática dentro do monitoramento do plano.*

Ao ser indagado se houve diálogo entre a Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora do Monitoramento e Avaliação da Educação do Município sobre os resultados apresentados, o respondente novamente traz o momento passado e o presente:



Respondente 2 – *O anterior é difícil falar, mas agora a gente vem vendo uma comunicação tem sido assim (nota) 8 e 9... Eu acho que a questão de a gente ter essa facilidade hoje de montar um grupo, de estar se alinhando, tem sido muito mais rápido a devolutiva entre a equipe técnica e o grupo de monitoramento. Coisa que eu acho, que eu vejo que deve ter sido um desafio muito grande a anos atrás, que eu lembro até quando a gente fazia convocação era por forma de ofício e tal. Então eu acho que agora, pelo que eu tô percebendo e a gente vem construindo que é o eu posso responder no momento, está 9. Dá pra melhorar, mas está bem bacana. A devolutiva deles, mesmo a documentação que a gente montou, da questão de orientação, de mobilização, eu não teria como estar chamando eles toda hora ali na secretaria. Então eu mando um documento no grupo, a equipe lê e já dá uma devolutiva, OK pode fazer. Então tem sido muito boa.*

Novamente observamos os momentos distintos vividos no município de Piedade e o momento atual com ações pontuais e intencionais. Vemos claramente a perspectiva da comissão, focando nas ações para a Conferência de Educação e as ações de monitoramento e avaliação da educação do município a partir dessa Comissão e seus resultados visam a CONAE 2024-2034 e o próximo PME 2025-2035.

Dentro do atual contexto e das limitações apresentadas, o respondente deixa claro que todos estão realizando o melhor possível, estando satisfeito com o trabalho desenvolvido pela Comissão, e observa como área mais fragilizada a questão orçamentária.

Respondente 2 – *Eu acho que hoje é a questão orçamentária, principalmente pra gente é um pouco difícil entender e passar pra eles... então eu acho que é um dificultador, tanto que a gente está marcado para tentar fazer uma revisão num relatório no dia 4 agora e mesmo os membros já pediram pra eu tentar em algumas coisas já tentar alimentar porque eles já sabem que vai ser dificultador pra eles, então eles falaram faz pra gente rele e valida. Então eu acho que essa área é o grande dificultador pra equipe.*

Anteriormente vimos a questão orçamentária já sinalizada pelo respondente 3, e neste ponto ressaltamos as palavras de Antonio Bosco de Lima que as políticas educacionais estão longe – infelizmente – das políticas econômicas:

Porém, apesar dos Planos – e mesmo com os avanços relacionados a sua implantação e implementação –, as políticas educacionais no Brasil ainda estão muito aquém de um patamar de qualidade razoável, pois estão divorciadas das políticas econômicas, ou seja, não são tratadas como investimento, mas como gastos (LIMA, 2022, p.xiv).

Sobre o significado dos resultados do monitoramento e avaliação do PME, o respondente ressalta o quanto os mesmos, no atual momento, “refletem a busca por uma educação pública de qualidade”, e lamenta as intempéries ocorridas no percurso. Ao pensar se para uma gestão democrática, o poder local estaria no caminho certo com essa política de monitoramento e avaliação da Educação, o respondente traz que “na atualidade sim”, mas pensando no que pode ser melhorado, pontua que:



Respondente 2 - *Eu acho que é a questão da gente instrumentalizar quem vai participar ir com mais segurança, que é o que a gente está tentando agora fazer. A gente sentou, orientou, até criou um modelo de ata, modelo da ficha de monção, explicar o que é uma monção, explicar pros gestores como fazer o debate dentro da escola, não deixar o debate muito formal, a gente falou muito na formação agora: ele tem que ser feito porém ele não pode ser uma formação que você vai moldar agora, eu não vou tentar moldar vocês como gestores pra vocês fazerem uma boa conferência... é com o conhecimento que a gente tem agora, então a gente precisa provocar a discussão e ela tem que vir em cima da realidade, da vivência atual, tanto de gestor, como de professor, como dos pais e da comunidade. Então eu acho assim que a gente tem tentado fazer nesse momento é a questão de instrumentalizar os registros pro gestor estar mais seguro e até os representantes que vão vir participar da conferência, se inscreveram, vir com segurança no que eles vão fazer. Eu acho que muitas pessoas fugiam da conferência pelo medo do que vai acontecer, que eu vou ser exposta se eu participar? Então a gente está trabalhando muito um pouquinho o que é o formato da conferência, o que se espera, porque daí eles querem participar e eles vem já um pouco preparados, não totalmente prontos, mas seguros pra conferência. Então a gente tem tentado fazer isso com as comunidades escolares pra gente ter um momento mais produtivo.*

De acordo com o *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação* resgatamos a complexidade de ações nas diversas esferas, pois o monitoramento deveria ser, a priori, “um ato contínuo de observação, pelo qual são tornadas públicas as informações a respeito do progresso que vai sendo feito para o alcance das metas definidas” e a avaliação deveria ser “o ato periódico de dar valor aos resultados alcançados até aquele momento, às ações que estejam em andamento e àquelas que não tenham sido realizadas, para determinar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e para orientar a tomada de decisões” (BRASIL, 2016, p.6).

Observamos que até o momento das entrevistas, apenas um relatório interno havia sido produzido no município de Piedade/SP, e seus dados estão sendo publicizados e discutidos nas Cirandas e encontros preparatórios para a CONAE.

Como relatado, o município de Piedade/SP apresenta três momentos distintos no que se refere ao seu atual PME e ações a ela referentes: um momento inicial com a construção do plano e adesão a assistência técnica na época ofertada pelo MEC/SASE, um momento de ruptura, com troca de governo e pessoas responsáveis bem como a perda de registros, e o momento atual que vem buscando a execução das ações numa luta contra o tempo.

Considerações finais

O presente estudo refere-se a pesquisa de pós-doutoramento cujo objetivo é investigar as ações quanto às diretrizes para a avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação do município de Piedade/SP, situado na região de metropolitana de Sorocaba/SP (RMS), que é alvo do estudo do GEPLAGE, subsidiado nas orientações para os Planos Municipais de



Educação (2014-2024), e nas orientações e direcionamentos do Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014).

O estudo deu-se mediante a abordagem qualitativa, com uso de pesquisa documental onde foram utilizados como referência os documentos disponibilizados na plataforma PNE em Movimento (BRASIL, 2022) e documentos do município de Piedade/SP, e também entrevistas semiestruturadas com os atuais responsáveis pelas ações no referido município, buscando analisar o olhar e a percepção dos entrevistados.

Num breve resgate, vemos que num primeiro momento o município de Piedade/SP construiu seu PME (PIEDADE, 2015), aderiu a assistência técnica para monitoramento e avaliação dos planos de Educação (PIEDADE, 2016), publicou sua agenda de trabalho no site *PNE em movimento*, com ações para os anos de 2017 e 2018, contemplando as quatro etapas sugeridas, apontando os respectivos responsáveis em cada etapa, e que embora sejam citados entre os responsáveis a equipe técnica e a comissão coordenadora, não se achou publicação referente a nomeação das mesmas, bem como não foram apontadas ações após 2018, deixando uma grande lacuna nos anos seguintes.

As entrevistas apontam o segundo momento do município: a pandemia e o pós-pandemia com a troca de governo e das pessoas atuantes, sendo este o motivo da lacuna observada e da ausência da agenda de trabalhos e dos relatórios referentes ao município de Piedade/SP, e embora a necessidade e importância dos Relatórios de Monitoramento e Avaliação do PME sejam notórias, visto que deles partem as articulações, adequações e ações necessárias para promoção das políticas públicas, para a evolução das metas e melhoria da qualidade de educação, os mesmos não foram encontrados disponíveis.

Atualmente o município tem focado em ações articuladas principalmente pelo Fórum Municipal de Educação, tendo as devidas nomeações, com intensidade e intencionalidade para oportunizar Cirandas nas comunidades escolares e encontros com representantes destas pensando na CONAE 2024-2034, e conseqüentemente analisando os dados obtidos num único relatório interno da Secretaria de Educação, produzido pela equipe técnica da mesma, buscando envolver a comunidade para proposições para os próximos anos.

As ausências demonstradas desde o início - de pessoas responsáveis nomeadas, de um fluxo de trabalho contínuo, de ações contínuas de avaliação e monitoramento, de relatórios - se mostram como dificultadoras para a implementação correta das políticas públicas necessárias; ainda que a atual gestão busque “correr atrás do prejuízo”, existem limitações que não serão transpostas, pois um valioso tempo foi deixado para trás.

O controle social precisa se tornar uma realidade construída nos municípios, com órgãos atuantes e fortalecidos, independentemente das ações do poder público; a representatividade



precisa ser além do papel, mas de forma efetiva e participativa. Os princípios da gestão democrática – participação, autonomia, transparência, paridade (com qualidade), representatividade, dentre outros – precisam ser fortalecidos para que a luta por uma educação de qualidade seja real, defendendo os interesses da sociedade.

Os resultados apontam as grandes dificuldades no decorrer dos anos devido a alteração dos governos e dos responsáveis pelas ações, e o atual empenho do município na construção de ações de monitoramento e a avaliação para o alcance das metas. Que os obstáculos vividos sirvam de aprendizado para os momentos que já se apresentam e fortaleçam as ações futuras. Sabemos que os obstáculos vividos não são exclusivos do município de Piedade/SP, mas também de muitos outros municípios, inclusive da RMS.

Ao finalizar este artigo, pontuamos o recorte temporal analisado: enquanto nação brasileira, ainda estamos aprendendo sobre os movimentos democráticos, e este é um dos primeiros dos muitos movimentos que virão em torno dos PMEs. Também ressaltamos a importância da temática e dos estudos na área de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Referências

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação*, 2016a. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF Acesso em: 14 mar. 2023.



BRASIL. Ministério da Educação. *PNE em movimento*, Brasil, 2022. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

IBGE. Panorama. Educação. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piedade/panorama> Acesso em: 01 mar. 2024.

LIMA, P.G. *Planejamento educacional: monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba/SP*. Departamento de Ciências Humanas e Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – campus Sorocaba/SP. 16p. 2020. Não disponível on-line.

LIMA, A.B. Plano Municipal de Educação e Planejamento: política ou programa de governo? *Anais do III Colóquios de Política e Gestão da Educação*, n. 3, 2022, p.i-xvi. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/1014/1227> Acesso em: 14 mar. 2023.

PIEDADE/SP. *Lei nº 2810 de 18 de fevereiro de 1997. Criação do Conselho Municipal de Educação e dá providencias correlatas*. Disponível em: https://www.Piedade/SP.sp.gov.br/publicos/58_lei_2810_-_criaCAo_e_regulamentaCAo_do_conselho_municipal.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

PIEDADE/SP. *Lei nº 4.387 estabelece o Plano Municipal de Educação de Piedade/SP, com o objetivo de articular o Sistema Municipal de Educação, conforme especifica, de 23 de junho de 2015*. Disponível em: https://www.piedade.sp.gov.br/publicos/09_lei_4387.pdf Acesso em: 14 mar. 2023.

PIEDADE/SP. *Termo de Adesão à Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação/SASE/MEC*, São Paulo, 2016. Disponível em: https://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=SP&tipoinfo=3&adesao=1 . Acesso em 14 mar. 2023.

PIEDADE/SP. *Decreto nº 9.286, que “Dispõe sobre a reestruturação do Fórum Permanente de Educação, no âmbito do município de Piedade, e dá outras providências correlatas”*. Não disponível on-line. 2023a.

PIEDADE/SP. *Decreto nº 9.311, de 13 de setembro de 2023 que “Dispõe sobre a eleição e nomeação de servidores para a composição da Comissão Executiva, Coordenação Geral e da Câmara Temática do Fórum Permanente de Educação, no âmbito do município de Piedade, e dá outras providências correlatas”*. Não disponível on-line. 2023b.

PIEDADE/SP. *Resolução nº 008, de 27 de setembro de 2023, que “Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação, no município de Piedade, Estado de São Paulo”*. Não disponível on-line. 2023c.

SECCHIN, L. B. de M. Controle Social: transparência das políticas públicas e fomento ao exercício da cidadania. *Revista da CGU*. Ano III, n. 5. Dez/2008. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34431/16/V3.n5_Social.pdf Acesso em: 28 fev. 2024.

SILVA, P.R.S. e LIMA, P.G. Monitoramento e avaliação da educação na região metropolitana de Sorocaba: entre diretrizes e resultados. *Anais do IV Colóquios de Política e Gestão da Educação*, n. , 202, p.i-xvi. 2023. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/1064/1263> Acesso em: 01 mar. 2024.

TURRA, C.M. G.; ENRICONE, D.; SANT’ANNA, F.M. *Planejamento de ensino e avaliação*. Porto Alegre: Sangra. 1995.



